



Pega ladrão



VEM AÍ O ministro Ronaldo Nogueira determinou um pente fino no abono salarial, no seguro defeso e na folha de pagamento do Ministério do Trabalho (Crédito:Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil)

Sistema antifraude adotado desde janeiro pelo Ministério do Trabalho gerou o bloqueio de R\$ 537 milhões destinados ao pagamento do seguro-desemprego. A força tarefa, que investiga as irregularidades no programa, foi em cima de pedidos que tinham como referência o mesmo telefone, o mesmo endereço ou origem em pequenas empresas. Elas eram criadas e contratavam empregados fantasmas, que depois eram demitidos. Agentes que aprovam o seguro-desemprego muito acima das médias locais e regionais, também são suspeitos. Foram bloqueados 34.541 pedidos. Há quadrilhas agindo e, por isso, a PF entrou em campo nas fraudes que envolvem maior volume de recursos.

Puxando a fila

O Maranhão é o recordista de fraudes. São 12.851 pedidos irregulares. Depois vem o estado de São Paulo, 6.267; Alagoas, 2.827; e, Goiás 2.652. Os pedidos fraudados na capital paulista são de 3.396. As investigações indicam

que há Superintendentes estaduais do Ministério do Trabalho envolvidos. A expectativa é recuperar R\$ 1 bilhão até o final do ano.

Fora de campo

O desgaste político pela aprovação da reforma trabalhista e o pente fino nos programas do Ministério fizeram o ministro redesenhar seu futuro político. Sua intenção é ficar no cargo até o final do mandato de Temer e não concorrer em 2018. “Resolvi não ficar escravo da próxima eleição”, explica.

Cautela e caldo de galinha



Está pronto o relatório das eventuais relações incestuosas entre o advogado Tiago Cedraz, da UTC Engenharia (Lava Jato) e filho do ministro Aroldo Cedraz, com os ministros do TCU André Luiz, Raimundo Carrero e Augusto Nardes. A investigação não chegou a nada concreto. Responsável pelo veredito, o vice do Tribunal, José Múcio (foto), decidiu somente deliberar depois que o ministro Edson Fachin (STF) decidir sobre o caso.

Rápidas

* O ministro Moreira Franco

alugou uma casa na Península dos Ministros. Fica pertinho da residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Contam que Maia manda a marmita para a mesa de Moreira. E que Moreira manda a roupa suja para o tanque de Maia. Sinergia.

* Aliados do Planalto estiveram com o Vem Pra Rua, dos protestos pelo impeachment de Dilma. Queriam que o grupo promovesse manifestações contra o Distrito. Seus líderes disseram que o povo não vai pra rua pela reforma política.

* Um ex-ministro do ex-presidente Lula está entre aqueles cuja avaliação é a de que o presidente Temer terá mais votos a seu favor caso o PGR, Rodrigo Janot, decida enviar outro pedido de investigação contra o presidente.

* O líder do PSDB, Ricardo Tripoli, caiu na boca do povo no Planalto, por ter se posicionado a favor da investigação contra o presidente da República. Os ministros mais próximos de Temer dizem que ele “vive numa bolha”.

Retrato falado

“Temos que reconstruir a representatividade dos trabalhadores na Câmara dos Deputados”

A bancada trabalhista tem 40 cadeiras. Por isso, o presidente da UGT, Ricardo Patah, vai concorrer para a Câmara no ano que vem. Ele comanda a segunda maior central de trabalhadores, que tem como





principais áreas de influência os comerciários, os terceirizados e os trabalhadores do setor de asseio e conservação. Ele é filiado ao PSD. Patah considera que o Congresso é um fórum empresarial e que é preciso maior equilíbrio, com maior número de representantes de trabalhadores e dos movimentos de mulheres.

Toma lá dá cá

Marcus Pestana, deputado PSDB-MG (Crédito:Divulgação)

O PSDB colocou um comercial de TV no ar dizendo que errou, mas não diz onde. Onde foi?

Nós fizemos uma auto flagelação em 30 segundos na TV. E sem entregar o conteúdo. Esse erro pode ser tudo! Pode ser qualquer coisa! O problema é que esses comerciais (30 segundos) têm cinco vezes mais audiência que os programas (10 minutos).

O partido deu um tiro no pé?

A ideia é bem intencionada. Mas todos os acertos citados ocorreram no século XX – Diretas, Anistia, Plano Real, Agentes de Saúde. Nós estamos no século XXI. Os acertos foram no século XX, os erros no século XXI. Agora, nós também estamos acertando. O partido cresceu 25% nas eleições municipais.

O pessimismo está tomando

conta do PSDB?

Há os que avaliam que tudo faliu. Alguns estão convencidos de que o PSDB acabou.

Inimigo na trincheira

Há conflitos na Esplanada dos Ministérios entre alguns ministros e seus secretários-executivos. Vários ministros não tiveram autonomia para escolher seus auxiliares. Estes costumam representar outras alas de um mesmo partido. Por isso, não seguem ao seu superior mas a orientação de seu padrinho. Este tipo de conflito não é exclusivo do governo Temer. Nos governos Fernando Henrique, Lula e Dilma também ocorriam. Há até uma teoria sobre esse compartilhamento, o de que um fica controlando e vigiando o outro. Um caso exemplar ocorreu no governo FH, quando o secretário-executivo José Luiz Portella, boicotava seu ministro dos Transportes, Eliseu Padilha. O atual chefe da Casa Civil ficou, o outro dançou.

Solidariedade

Mesmo não tendo permitido o retorno de Aécio Neves para a presidência do PSDB, o senador mineiro não pode reclamar do presidente em exercício, senador Tasso Jereissati. Apesar do seu desgaste, Aécio é assíduo frequentador da capa do site do

partido. Este costuma exibir grandes fotos de Aécio.

Quem tem a força

A reforma da Previdência está pronta para ser votada na Câmara, Mas o ex-ministro da Previdência do governo Fernando Henrique, o deputado Reinhold Stephanes, constata que os representantes do regime geral da Previdência, os mais pobres, não foram ouvidos. E que as concessões foram feitas para atender a elite do funcionalismo.

Poder de fogo

Eleito pelo DEM, o ex-ministro da Previdência no governo Fernando Henrique diz que quanto mais tempo demorar para votar a reforma mais difícil será sua aprovação, No ano que vem tem eleições para a Câmara. Em 1994, ele foi o segundo mais votado para a Câmara. Quatro anos depois, e mesmo tendo sido ministro, ficou como terceiro suplente.

Pesos e medidas

Mesmo que o ministro Gilmar Mendes esteja correto quando critica os excessos do Ministério Público, ele não tem muito apoio no STF. Um dos ministros da Casa explica que é preciso respeitar a autonomia dos poderes. Considera que a atuação do MP deve ser vista em um processo de amadurecimento democrático.

Passo de tartaruga

Três meses após a divulgação da chamada Lista de Fachin, que expôs políticos pendurados no caixa da Odebrecht, o STJ ainda não recebeu os pedidos para abertura de inquérito contra sete dos nove governadores com foro na Corte. As exceções foram os casos do mineiro Fernando Pimentel (PT), já arquivado, e de Marcelo Miranda (Tocantins), ambos em andamento. Na sombra refrescante continuam, entre outros, Geraldo Alckmin (São Paulo), Beto Richa (Paraná), Luiz Fernando Pezão (Rio de Janeiro), Raimundo Colombo (Santa Catarina), Robinson Faria (Rio Grande do Norte), Flavio Dino (Maranhão) e Marconi Perillo (Goiás).

Chapa quente**Outra vez**

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal vai decidir na terça-feira 15 se aceita denúncia contra Fernando Collor. O ex-presidente é acusado de sete crimes, entre eles, corrupção e lavagem de dinheiro, todos em prejuízo da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras. No mesmo processo estão envolvidos mais nove suspeitos, inclusive a

mulher do senador, Caroline.

Medicina**Público & privado**

Não apenas os hospitais públicos estão mal preparados para atender casos de AVC, segundo neurocirurgiões e neurologistas consultados pelo Conselho Federal de Medicina. Conforme pesquisa a ser divulgada nos próximos dias, dificuldades atingem também a rede privada. Nela, 58% dos consultados reclamaram de demora para se fazer exames de ressonância magnética e 66% relataram barreiras no acesso aos serviços endovasculares, como consulta com angiologistas. Situações que tornam a saúde um drama para os brasileiros, infelizmente.

Aviação civil**Em baixa**

A América do Norte foi o destino com a maior baixa no valor da tarifa aérea média, da ordem de 40,7%. A América do Sul, por sua vez, teve redução de 19,5%, num intervalo de seis anos. Eis algumas informações que a ANAC divulga na segunda-feira 14, na primeira edição do relatório de Tarifas Aéreas Internacionais, referente às passagens vendidas para voos internacionais com origem no Brasil, de 2011 a 2016. Nesse período, a média de preço do bilhete aéreo internacional caiu para todos os continentes de destino.

Gastança**Festa no céu**

No País que enfrenta o maior déficit público de sua história, deputados federais gastaram R\$ 1.457 milhão com fretamento de aeronaves particulares no primeiro semestre deste ano. Mesmo durante o recesso a turma refestelou-se. O saporil que tatuou sua paixão por Temer no ombro, por exemplo, torrou R\$ 17 mil em janeiro. O amazonense Átila Lins e o paranaense Fernando Giacobbo (que já ganhou 12 vezes na Loteria Esportiva) lideram a lista do período, com R\$ 160 mil cada.

Justiça**Maluf na cadeia?**

Terminou dia 23 de julho o prazo para publicação do acórdão do STF que condenou Paulo Maluf a 7 anos e 9 meses de prisão por lavagem de dinheiro. Sabe-se lá por que, até agora isso não aconteceu. Vencida essa etapa, só restarão os chamados preso para tentar impedir que o deputado seja engaiolado. Como a sentença foi unânime, é mínima a chance de sucesso da defesa, ainda que a cargo do experiente advogado Antonio Carlos de Almeida Castro.

Sangue**Veia exposta**

O MPF e o TCU determinaram que o Ministério da Saúde explique as razões pelas quais insiste em melar o acordo entre





Hemobrás e Shire Farmacêutica Brasil para a produção do hemoderivado Fator VIII recombinante. Os argumentos usados são “insuficientes” segundo o tribunal, sobretudo porque a manobra pode decretar o fim da única estatal que gerencia o plasma no País, onde o governo federal já investiu R\$ 2,1 bilhões. Em ofício ao ministro Ricardo Barros, o MPF deixa claro não ver com bons olhos as tratativas para construir uma nova fábrica de hemoderivados em Maringá (PR), pela Octopharma Brasil – “investigada em diversos procedimentos apuratórios no Brasil e no exterior, como as operações Marquês e O-Negativo”.

Indústria

Novos tempos

Ao contrário do que ocorre em muitos setores, de dispensa de empregados na virada do ano para reposição no trimestre seguinte, na indústria farmacêutica vem ocorrendo o contrário. Em 2016 e 2017, os fabricantes de medicamentos contrataram menos trabalhadores do que demitiram. Esse ano, o “déficit” foi de 702 vagas, na comparação janeiro/junho (778 contratações) versus outubro/dezembro de 2016 (1.480

demissões). Agora, os empresários do setor falam em reversão no primeiro trimestre de 2018 – de janeiro até julho as vendas subiram 11,84% (R\$ 32, 17 bilhões).

OEA

Ainda não

Faz três semanas que o secretário-geral da OEA, Luis Almagro, espera que o Conselho Permanente da entidade se reúna para adotar uma posição mais dura em relação à crise na Venezuela. Cabe ao diplomata brasileiro, José Machado, a tarefa de convocar os representantes dos 34 países-membros. Não se sabe se por alguma orientação do Itamaraty, mas o fato é que até agora o embaixador segue na dele.

Lava Jato

Cão feroz

Caminha com apoio de muletas Cláudia Cruz, mulher do ex-deputado Eduardo Cunha. Caiu da bicicleta depois de ser atacada por cães dentro do condomínio Park Palace, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. A jornalista está convencida de que a ação dos animais não foi obra do acaso. No exclusivo residencial com enormes portões pretos, os

moradores pouco cumprimentam a família.

Doping

Vai começar

Até o próximo dia 31, o Tribunal de Justiça Desportiv – Antidopagem iniciará os seus julgamentos. Trinta atletas flagrados no uso de substâncias proibidas estão na pauta – os dois primeiros casos analisados serão de esportistas do judô e da canoagem. O futebol e o basquete têm mais positivos (7), vindo a seguir a canoagem (6), o handebol (3), o judô (2), o automobilismo, o remo, o levantamento de potência e o tiro com ar (1). Quem não puder pagar advogado terá um defensor dativo. A Corte é presidida por Luciano Hostins, tendo como vice Eduardo de Rose.

Carreira

Marcação cerrada

O Conselho Federal de Educação Física tenta impedir que o ex-goleiro Bruno atue como professor de futebol enquanto cumpre pena. Além de não ter formação na área, a entidade questiona “os valores morais e sociais que esse indivíduo transmitirá”.

Recomeça a farra política

Carlos José Marques

Legendas de aluguel, candidatos de olho nas urnas, agremiações majoritárias e o elenco geral de parlamentares, governadores, prefeitos e agregados não pensam em outra coisa no momento. A “mãe” de todas as reformas, aquela que toca diretamente no destino e bolso dessa constelação de dependentes do voto, entrou na ordem do dia. Tem prazo até meados de setembro para ser aprovada. Caso contrário, suas regras não terão validade nas eleições de 2018. Sem ela será um “Deus nos acuda”. Repeteco de velhos vícios. Tramoias nas coligações. Acordos espúrios buscando tempo de veiculação de propaganda na TV. Disparada na quantidade de partidos na disputa. E mais grave, na concepção daqueles que estarão na corrida pela preferência popular: a falta de dinheiro. Sim, é com isso que estão fundamentalmente preocupados. Na prática, a turma do Congresso está fazendo a reforma política para resolver caixa de campanha. Arranjar um recursozinho extra. Meter a mão na bufunfa do Tesouro Público. Simples assim. Depois da proibição das contribuições de empresas. Depois da atenção redobrada da polícia sobre os esquemas de Caixa Dois. Depois do desencanto dos eleitores com seus representantes – enojados que estão devido às falcatruas sem fim. Depois, em resumo, da secura nas fontes de financiamento só restou como alternativa apelar ao erário. E é o que estão fazendo, com incontrolável desfaçatez, os menestréis do legislativo. Como medida um, já votada a toque de caixa, com a adesão da quase totalidade dos membros da comissão encarregada de analisar a matéria (25 dos 34 integrantes disseram sim e ainda ocorreram abstenções), formalizou-se a criação do famigerado “Fundo Especial de Financiamento da Democracia”. A pomposa nomenclatura libera uma espécie de cheque gordo, da ordem de R\$ 3,6 bilhões, para bancar os gastos das legendas em 2018. Um despautério! Ainda mais se levando em conta a existência do chamado Fundo Partidário, que já recebe R\$ 800 milhões de subvenções do Estado distribuídas proporcionalmente a cada sigla.

Com a verba adicional – de cunho democrático, como frisam seus idealizadores até no eufemismo bolado para desculpa – o falido modelo em vigor sai robustecido. O “Fundo Democrático” não deixa de ser uma contabilidade

paralela. Uma grana de “pai para filho”, digamos, generosa. Assim a farra dos políticos recomeça de maneira revigorada daqui por diante. Não há como evitar. Prezados contribuintes, brasileiros cumpridores de deveres e pagadores de impostos, irritados com o pouco caso que fazem de suas economias, saibam de antemão: o custo extra pesará de novo nas suas costas. Informalmente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal já fecharam questão nesse sentido. Faltam leitões em hospitais, carteiras nas escolas, ônibus nas ruas. O País anda carente de uma enormidade de investimentos públicos. Mas o dinheiro dos políticos parece sagrado. Não pode faltar. Surge como prioridade por deliberação dos próprios. De Norte a Sul, o desejo maior que brotou nas seguidas discussões por mudanças foi por uma reforma política que varresse do mapa a picaretagem predominante na atividade. Ainda há chances de algo dessa natureza ocorrer através de outros instrumentos em estudo. Eles ficaram em segundo plano nas negociações, mas não estão descartados. A cláusula de barreira, por exemplo, que deverá servir para limitar o festival de siglas em operação, é uma delas. O aperfeiçoamento no regime de sucessão em caso de vacância de poder, especialmente no que se refere à presidência da República, é outra. Os mandatos nos tribunais – que terão prazo máximo de dez anos – e os modelos de posses, em um calendário mais racional, também entram no rol de revisões positivas. O “distritão”, onde cada estado vira um distrito e os mais votados são eleitos, representa por sua vez um erro. Se, por um lado, ele evita que deputados supervotados carreguem outros do partido ou da coligação com mau desempenho nas urnas; por outro, o “distritão” traz vários efeitos colaterais indesejáveis. Entre eles, o de tornar sem efeito boa parte da participação dos eleitores, gerando um “desperdício” de votos. Isso ocorre porque os votos dados “em excesso” a determinados candidatos são desconsiderados, assim como aqueles lançados em nomes que não conseguiram quórum mínimo para uma vaga. De uma maneira geral, reformas de qualquer natureza devem ser bem-vindas desde que contemplem o interesse da maioria. No presente caso, a minoria ruidosa dos parlamentares colocou na frente suas conveniências. Mau começo e sinal de que ainda não aprenderam.

ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO

Basta Maduro chamar que o PT vai lambar a mão dele



Germano Oliveira

A situação na Venezuela se agrava a cada átimo de tempo. Nos últimos quatro meses, o governo de Nicolás Maduro já matou mais de cem pessoas em manifestações populares e prendeu 5 mil venezuelanos que desejam o fim da ditadura no País, à beira de uma guerra civil. Para fazer o governo chavista retroceder, os países do continente, incluindo o Brasil, suspenderam a Venezuela do Mercosul. Reunidos em Lima, no Peru, na última terça-feira 9, sob a liderança do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Aloysio Nunes Ferreira, os países da região deixaram claro que “é inadmissível a existência de uma ditadura na Venezuela”, como diz um dos trechos do documento final. Nessa reunião, decidiu-se também que a Venezuela fica proibida de receber armamentos e material de segurança usado na repressão, como gás lacrimogêneo. Em entrevista à ISTOÉ, Aloysio crítica o apoio do PT à ditadura

venezuelana, afirmando que os petistas “lambem as mãos de Maduro”. Para ele, essa postura do PT “causa ojeriza a todos os que prezam a democracia”.

Na reunião de terça-feira 9, em Lima, os chanceleres da América do Sul discutiram soluções para a crise venezuelana. Há uma preocupação com eventual agravamento da crise social na Venezuela?

A preocupação com o agravamento da crise na Venezuela é uma constante e tem atenção prioritária dos países da região. Nossa reunião em Lima deixou claro que é inadmissível a existência de uma ditadura na Venezuela, não só aos olhos do Brasil e dos países do Mercosul, mas também aos olhos da maioria das democracias no mundo. No documento assinado ao final do encontro, deixamos clara nossa preocupação com a crise humanitária que o país enfrenta e condenamos o governo venezuelano, entre outros motivos, por não permitir a entrada de alimentos e medicamentos em apoio ao povo do país. Decidimos também proibir o comércio de armamentos e material de segurança usado na repressão, como gás lacrimogêneo, e não reconhecer a legalidade de

qualquer decisão dessa constituinte ilegítima que o governo Maduro inventou para usurpar os poderes da Assembleia Nacional.

Como o senhor vê o fato de os governos Lula e Dilma sempre terem apoiado a ditadura de Chávez e Maduro?

O governo do PT tolerou desvios autoritários do governo Maduro que levaram ao rompimento da ordem democrática estabelecida na própria Constituição bolivariana. Os petistas não diferenciam o chavismo — corrente política que se explica dentro da história da Venezuela — da escalada ditatorial de Maduro. Na Venezuela, até mesmo personalidades políticas ligadas ao chavismo, como a procuradora-geral Luisa Ortega, são críticas e não aceitam o rumo ditatorial que o atual governo tomou. O PT continua seguindo essa linha de apoio explícito ao governo venezuelano de maneira quase cega: basta o Maduro chamar que o PT vai lá lambar a mão dele. Essa postura do PT, ao mesmo tempo em que causa ojeriza a todos os que prezam a democracia, serve como catalizador de uma militância radical e raivosa que é o patrimônio político que lhe resta.

O senhor acha que há risco de





uma guerra civil?

A situação na Venezuela vem se agravando a passos largos. Causa repulsa o custo do autoritarismo em vidas humanas. Assistimos com indignação como vem crescendo não só o número de mortos e feridos nas manifestações, mas também a quantidade de presos políticos. A isso, podemos acrescentar ainda a degradação do quadro social. Pesquisas de universidades venezuelanas apontam que mais de 80% da população da Venezuela vive hoje abaixo do nível de pobreza. O Brasil acompanha com muita atenção os desdobramentos dessa crise e continuará atuando para contribuir para a restauração da democracia na Venezuela por meio de uma solução pacífica.

É verdade que já há movimentação de tropas brasileiras na fronteira, temendo o recrudescimento da guerra social na Venezuela?

O Brasil mantém contingentes adequados para o patrulhamento e defesa de suas fronteiras.

O Brasil pode enviar tropas de paz para a Venezuela?

Nós estamos aqui entrando em um campo de especulação. Antes de mais nada, os problemas venezuelanos têm de ser resolvidos pelos próprios venezuelanos, eventualmente com ajuda ou mediação de atores externos. No momento, não há discussões no âmbito das Nações Unidas para estabelecimento de uma missão de paz, que só pode acontecer com a concordância do governo venezuelano. E o Brasil só

participa de missões de paz com mandato da ONU.

O que o presidente Maduro precisa fazer de imediato para a ordem democrática ser restabelecida?

Antes de mais nada, as autoridades venezuelanas precisam aceitar negociar com a oposição uma transição pacífica rumo ao restabelecimento da ordem democrática. Isso passa, no entender da oposição, pelo cancelamento da constituinte, pelo reconhecimento das prerrogativas da Assembleia Nacional, pela liberação de todos os presos políticos e pela definição do calendário eleitoral.

No sábado, em reunião em São Paulo, os chanceleres do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai suspenderam a Venezuela do Mercosul pela “ruptura da ordem democrática”. É a segunda suspensão da Venezuela. Ela pode ficar definitivamente de fora do Mercosul?

Não falamos em expulsão da Venezuela do Mercosul, já que não existe essa figura jurídica nos acordos do bloco. Existe sim a suspensão pelo tempo em que o país violar as normas do bloco e sua cláusula democrática. A Venezuela poderá voltar a participar integralmente do bloco desde que atenda aos requisitos exigidos de todos os membros do grupo. Entre eles, um dos mais importantes é a manutenção da democracia.

Como o governo brasileiro viu

também a destituição da procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega? Foi uma afronta ao Estado de Direito?

O governo brasileiro condena a destituição da procuradora-geral da Venezuela, Luisa Ortega. Sua destituição foi arbitrária e ilegal, compromete a independência do Ministério Público e a preservação das garantias e liberdades fundamentais. Foi mais uma confirmação de que hoje a Venezuela vive um estado de exceção, uma ditadura.

Com o encarceramento dos líderes da oposição, dá para dizer que a Venezuela não tem mais espaço para manifestações democráticas?

Manifestações democráticas da sociedade, das igrejas e dos eleitos oposicionistas acontecem diariamente. A própria Assembleia Nacional vem se reunindo e os deputados tentam exercer os mandatos para os quais foram eleitos. Infelizmente, são reprimidos violentamente pelo governo. A vontade popular expressa nessas manifestações deveria inspirar a busca de uma negociação efetiva a favor da paz e da democracia. O regime de Nicolás Maduro, ao invés disso, reprime as manifestações populares com violência e prende arbitrariamente centenas de manifestantes.

Por que o Brasil e o Mercosul não impuseram sanções econômicas à Venezuela?

Porque impor sanções econômicas acaba prejudicando





venezuelanos e brasileiros. Taxar os produtos venezuelanos que nós importamos, principalmente petróleo, prejudicaria o consumidor brasileiro, um verdadeiro tiro no pé. No outro sentido, exportamos basicamente alimentos, essenciais para os venezuelanos mais pobres. Em todas minhas conversas com representantes da oposição venezuelana, nunca nos pediram a imposição de sanções econômicas.

A Constituinte fraudulenta de Maduro alimenta ainda mais espaço para a guerra civil?

A constituinte, conforme estabelecida pelo governo Maduro, é um atentado contra a democracia e a soberania popular e gera mais instabilidade no país. É a medida mais recente dentro dessa escalada autoritária. Representa o abandono definitivo de qualquer compromisso com o Estado de Direito.

Comenta-se que 140 mil venezuelanos já deixaram o País por falta de condições de vida. Só para o Brasil teriam vindo 77 mil,

principalmente para Roraima. Como esses venezuelanos estão vivendo no Brasil?

Em 2017, foram registrados cerca de 8.000 pedidos de refúgio de cidadãos venezuelanos no Brasil. Há relatos de que pode haver um número maior de venezuelanos chegando ao Brasil sem registro oficial. As informações disponíveis dão conta de que hoje cerca de 10.000 venezuelanos se estabeleceram em território nacional. O governo federal, em conjunto com os governos estaduais e municipais, principalmente Roraima e Boa Vista, está trabalhando para inserir essa população deslocada na sociedade local e garantir-lhe condições dignas de vida.

Como o senhor vê o movimento de alguns governadores do PSDB que desejam que o partido deixe o governo Temer?

Houve divergência em relação a esse tema, algumas públicas, mas hoje (esse tema) está fora da ordem do dia. O partido apoia as medidas que o presidente vem tomando

para superar a crise recebida do governo petista. Há também a percepção compartilhada dos riscos decorrentes da ingovernabilidade.

O senhor acha que os rebeldes que votaram contra Temer no processo da continuidade do processo por corrupção passiva retornarão à base aliada para votar as reformas?

O PSDB sempre afirmou que, mesmo se saísse do governo, continuaria a apoiar as reformas. Portanto, não vejo por que os deputados que votaram pela continuidade da denúncia votem contra as reformas.

O senhor acha que o presidente Temer voltará a ter os 308 votos para retomar a aprovação das reformas, como a da Previdência?

Evidentemente. Há um conjunto de partidos que apoia o programa de reformas que o presidente Michel Temer se comprometeu a fazer. O PSDB é a favor da reforma da Previdência enviada à Câmara.

A corrupção da bolivariana do PT

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, é fisgada pela PF por corrupção passiva qualificada e lavagem de dinheiro, radicaliza o discurso e torna-se a voz mais vigorosa no partido em defesa do regime ditatorial de Nicolás Maduro



É DO LEVANTE Para Gleisi, o Brasil poderia se tornar uma grande Venezuela (Crédito: Wenderson Araujo)

Ilimar Franco

A senadora Gleisi Hoffmann não é apenas a representante legal do Partido dos Trabalhadores — enquanto presidente da legenda da estrela rubra. Gleisi é hoje o retrato mais bem acabado do fosso profundo em que se embrenhou a sigla. Como irmãos siameses, ambos podem ser facilmente confundidos. Cordeiro só na epiderme de porcelana, Gleisi é como o PT dos últimos tempos: posa de tolerante, mas nunca apresentou-se tão autoritária. Finge-se de democrata, mas não hesita em franquear apoio a ditaduras — como a instaurada por Nicolás Maduro, na Venezuela. Alega ser vítima de perseguição política, mas é quem melhor encarna o papel de algoz de parcela dos brasileiros. Arvora-se paladina da ética, mas é constantemente flagrada com as mãos sujas da corrupção. É a tal cegueira mental de que falava José Saramago: consiste em estar no

mundo e não ver o mundo, ou só ver dele o que for suscetível de servir aos seus interesses. Na última semana, a Polícia Federal concluiu um contundente relatório em que imputa a Gleisi os crimes de corrupção passiva qualificada e lavagem de dinheiro. O relatório congrega laudos técnicos, registros de telefonemas, planilhas e trechos de delações de executivos da Odebrecht e de sócios de uma agência de publicidade da qual a petista se valeu para receber propina. A partir dos documentos é possível traçar o caminho do dinheiro até Gleisi Hoffmann. Uma das planilhas em poder da PF indica as datas de oito pagamentos de R\$ 500 mil cada para a campanha de “Coxa” ao Senado em 2014. Segundo a delegada Graziela Machado “existem elementos suficiente a confirmar que o codinome Coxa se refere a Gleisi Helena Hoffmann”. O esquema envolveu também o Ministro do Planejamento no governo Lula e das Comunicações no governo Dilma, Paulo Bernardo — marido de Gleisi e que chegou a preso por desviar recursos de empréstimos concedidos a servidores públicos aposentados. O conjunto de desembolsos à petista perfaz um total de R\$ 4 milhões, mas os colaboradores chegaram a mencionar repasses de R\$ 5 milhões apenas no ano de 2014.



SOFTWARE DE FACHADA Em 2016, a PF desbaratou o esquema da Consist, chefiado por Paulo Bernardo (Crédito: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Setor de propinas

A apuração começou em fevereiro de 2016, quando a PF apreendeu documentos na residência de Maria Lúcia Tavares, secretária do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, o já famoso departamento de propinas da empresa. Em dezembro do ano passado, três executivos da Odebrecht detalharam as anotações apreendidas pela PF e as mensagens de correio eletrônico relacionadas a Gleisi e ao codinome “Coxa”: o presidente do grupo, Marcelo Odebrecht, o da unidade infraestrutura, Benedicto Júnior, e o diretor da empresa na região Sul, Valter Lana. Segundo a PGR, o trio narrou “diversos repasses financeiros” nos anos eleitorais de 2008, 2010 e 2014, por solicitação direta de Paulo Bernardo. De acordo com



Odebrecht, o acerto para pagar Gleisi passou pelas mãos do ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil Antonio Palocci, hoje preso em Curitiba.

O advogado do casal Rodrigo Mudrovitsch disse à ISTOÉ que as informações levantadas “não autorizam” as conclusões dos investigadores. A PF, no entanto, é taxativa: “Há elementos suficientes para apontar a materialidade e autoria dos crimes de corrupção passiva qualificada e lavagem de dinheiro praticados pela senadora, seu então chefe de gabinete, Leones Dall Agnol e seu marido, Paulo Bernardo da Silva. Os autos também comprovam que a parlamentar e seu marido, juntamente com Benedicto Barbosa da Silva Júnior e Valter Luiz Arruda Lana, foram responsáveis pelo cometimento de crime eleitoral”. Agora, o destino de Gleisi está nas mãos da Procuradoria-Geral da República, a quem caberá pedir ou não seu indiciamento ao relator do caso no Supremo Tribunal Federal, o ministro Edson Fachin.

Espelho de um PT que deixou as bandeiras históricas de lado para enveredar pelo caminho da indigência moral, Gleisi é alvo da Lava Jato desde os primórdios da investigação. Na ocasião, os policiais descobriram que ela recebera R\$ 1 milhão em propinas desviadas da estatal. Para emitir sua versão sobre esse processo em particular, no qual é ré, a senadora será interrogada pela Justiça no próximo dia 28, ao lado do marido Paulo Bernardo. É possível que o julgamento ocorra ainda este ano.

O dinheiro, neste caso, foi repassado por doleiros. Seria apenas o fio de um extenso novelo que implicava o até então casal mais influente da Esplanada. A propina era desviada para um escritório de advocacia de Curitiba por meio de uma operação dissimulada: a Consist, empresa originalmente de software, fazia de conta que pagava pelos serviços advocatícios e, sem deixar digitais, os advogados bancavam as despesas do casal. Um dos sócios, o advogado Sasha Reck, depois de acusado de envolvimento na falcatura, resolveu se mexer. Encomendou uma auditoria independente nas contas do escritório e descobriu aquilo que a Polícia Federal não levaria muito tempo para entender: o contrato de serviços jurídicos com a Consist era de fachada. A empresa também operou no Ministério do Planejamento e irrigou as contas do PT, por meio do ex-tesoureiro João Vaccari — razão pela qual Bernardo amargou seis dias na prisão, em 2016.



Gleisi discursa durante abertura do 23o encontro do Foro de São Paulo (Crédito:Divulgação)

“O PT manifesta seu apoio e solidariedade ao governo do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), seus aliados e ao presidente Maduro, frente à violenta ofensiva da direita contra o governo da Venezuela”

“Gostando-se ou não de Maduro, ele tem legitimidade, foi eleito na urna, o que não é o caso de quem governa o Brasil”

“Temos a expectativa que a Assembleia Constituinte possa contribuir para uma consolidação cada vez maior da revolução bolivariana e que as divergências políticas se resolvam de forma pacífica”

“A vitória da Assembleia Constituinte demonstra claramente que é possível enfrentar e derrotar as novas táticas eleitorais e golpistas da direita”

“No Brasil também defendemos uma Constituinte para implantar as reformas”

Como é possível notar, Gleisi e PT sempre tiveram tudo a ver. Hoje, suas conveniências entrelaçam-se mais do que nunca. Em junho, Gleisi conquistou a presidência do partido com 60% dos votos dos delegados. Em sua primeira declaração, disse que o partido não iria fazer autocritica de seus atos escabrosos “porque não contribuiria para fortalecer o discurso dos adversários”. “Não somos organização religiosa, não fazemos profissão de culpa, tampouco nos açoitamos. Não vamos ficar enumerando os erros que achamos para que a burguesia e a direita explorem nossa imagem”, discursou Gleisi. Em seguida, na mesma toada de seu padrinho mais ilustre, o ex-presidente Lula, a senadora petista passou a dourar outra narrativa: a



de vítima. Foi para exercitá-la que “Coxa” foi guindada ao posto também com a bênção de José Dirceu. Em recente reunião em sua residência, o ex-capitão do time de Lula assim classificou a petista: “Ela é orgânica e focada”.

Além de se esgueirar dos avanços da PF sobre ela, o foco da presidente petista, ultimamente, consiste em tecer loas ao regime ditatorial de Nicolás Maduro, na Venezuela. No PT, a senadora é quem entoa com mais vigor o discurso pró-Maduro. Desde o início da repressão, Gleisi deu toda sorte de demonstrações de solidariedade ao governo venezuelano. No último Congresso do PT, por exemplo, recebeu uma delegação da embaixada venezuelana. Presente ao evento, o ex-presidente Lula não mencionou o tema, como era aguardado, uma vez que na campanha eleitoral ele havia gravado um vídeo em favor de Maduro. Razão: ele e outros petistas seriam contra a Constituinte, em dissonância com o que tem pregado Gleisi. No partido, no entanto, há quem diga tratar-se de uma estratégia. Enquanto Lula é poupado da exposição a um tema para lá de delicado, caberia a presidente do PT, por assim dizer, o “serviço sujo” — o qual ela pratica com convicção e impressionante entusiasmo.

PT ajudou a bancar a ditadura de Maduro

De 2006 a 2014, os governos de Lula e Dilma financiaram, por meio do BNDES, importantes projetos na Venezuela

Sem segredo

Ao abrir o 23º encontro do Foro de São Paulo, dia 16 na Nicarágua, a presidente do PT declarou, em nome do partido, apoio ao governo do Partido Socialista Unido da Venezuela. “O PT manifesta o seu apoio e solidariedade ao PSUV, seus aliados, e ao presidente Nicolás Maduro, frente à violenta ofensiva da direita pelo poder na Venezuela. Temos a expectativa de que a Assembleia Constituinte possa contribuir para uma consolidação cada vez maior da revolução bolivariana e que as divergências políticas se resolvam de forma pacífica”, disse. O endosso da Constituinte feito por Gleisi carrega um outro significado: escancara o desejo irrefreável do PT de executar um programa bolivariano no País. Nos 13 anos em que esteve no poder foram inúmeras as tentativas de aplicá-lo, sem sucesso devido à solidez de nossas instituições. Mas o programa de censura a meios de comunicação e perseguição a adversários políticos, caso o partido retorne ao poder, já não constitui mais um segredo de polichinelo no PT, a julgar pelos recentes discursos de Lula.

Independentemente das reais intenções, o apoio à ditadura de Maduro representa, sem sombra de dúvida, a página mais vergonhosa da história do Partido dos Trabalhadores e, consequentemente, de Gleisi. O que se vê por lá é uma catástrofe humanitária sem precedentes. Os números são eloquentes, por desoladores. Em quatro Estados

daquele País, a desnutrição infantil já alcança 20% das crianças com menos cinco anos de idade. O País amarga ainda a segunda maior taxa de homicídios do mundo. O índice de assassinatos em Caracas é 14 vezes maior que o de São Paulo, por exemplo. A inflação projetada para este ano é de 2.200%. Para se manter a qualquer custo no poder, Maduro apela para a violência extrema. Só nas últimas semanas, a guerra civil conflagrada no País deixou um saldo de mais de 100 mortes. É para ele que Gleisi bate palmas. Para justificar essa cumplicidade, os petistas, Gleisi à frente, praticam uma desonestidade intelectual: cada denúncia contra o regime é encarada como parte de uma campanha da CIA ou da imprensa “golpista”. Nada mais falso. São os órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos, nos quais se escudaram a esquerda latino-americana no passado, quem mais apontam para os descabros venezuelanos. “Na Venezuela toda a gama de direitos humanos é violentada. Direitos econômicos, sociais, culturais. As liberdades fundamentais, o direito à associação, a liberdade de expressão. Está havendo um contexto repressivo e militarizado diante das demonstrações de descontentamento social, no qual, além disso, são feitas detenções arbitrárias como ferramenta de controle, de calar as vozes da dissidência”, afirmou recentemente Erika Rivas, diretora da Anistia Internacional para as Américas.

Não foram apenas as afinidades





eletivas que levaram Gleisi a alcançar a presidência do PT. A senadora se cacifou para assumir o partido quando passou a adotar a postura de líder da tropa de choque de Lula e Dilma no Senado. Na verdade, começava ali a manchar publicamente a própria biografia. Depois do impeachment, para deleite do petismo, ela transformou sua atividade parlamentar em sinônimo da política do quanto pior melhor, promovendo uma oposição inconsequente que em nada contribui para o avanço do País. A postura da presidente do PT ecoou entre os eleitores. Recentemente, Gleisi conversava com um jornalista quando foi abordada por uma cidadã: “Oi, Gleisi, você já está preparada para ser presa?”, perguntou. Ao que a petista replicou com uma resposta atravessada. “Não, querida, mas você pode ir”. Resultado: abriu o flanco para tomar outra invertida. “Eu não. A bandida aqui não sou eu”, sapecou a mulher. O diálogo foi gravado e viralizou nas redes sociais. Internamente no partido, a atitude intempestiva da senadora não foi bem recebida. Houve quem recomendasse recato, no momento em que a sigla experimenta a maior crise de sua história. Ela não aquiesceu.

OPTA CONHECE BEM

Outro motivo de desgaste interno é a maneira imprudente, para dizer o mínimo, com que

Gleisi sempre escolheu seus assessores mais próximos. Seu mais lamentável intento foi nomear Eduardo Gaievski (PT/PR) para trabalhar no gabinete contíguo o da presidente deposta Dilma Rousseff (PT), quando ela era ministra da Casa Civil. E, pasme, como responsável pelas políticas da Presidência para Jovens e Adolescentes. Gaievski não tem currículo. Ostenta uma ficha corrida de dar calafrios. Hoje ele é acusado de crimes sexuais, sendo a maior parte deles contra menores. Na sequência, Gleisi escolheu o deputado André Vargas (PT/PR) para chefiar sua campanha ao governo do Paraná, para depois ter de afastá-lo pelo envolvimento com o doleiro Alberto Youssef e o ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, em fraudes investigadas pela PF. A petista não pode alegar que desconhecia a face mais obscura de Vargas. Em 1998, ele foi indiciado por desvio de R\$ 14 milhões da Prefeitura de Londrina (PR) para abastecer o caixa 2 da campanha a deputado do seu marido Paulo Bernardo. Na verdade, ela o conhecia muito bem. E era por isso que ele estava lá. É como ela própria, Gleisi: é por conhecê-la a fundo que o PT a alçou ao comando máximo da legenda.

Os malfeitos de Gleisi

• A senadora Gleisi Hoffmann é investigada no STF por ter

recebido R\$ 1 milhão em propinas da Odebrecht para sua campanha ao Senado em 2010

• No próximo dia 28, ao lado do marido Paulo Bernardo, Gleisi estará sentada no banco dos réus para dar sua versão sobre o caso

• O dinheiro era repassado a Gleisi por doleiros. A propina era desviada por um escritório de advocacia de Curitiba

• O casal Gleisi e Paulo Bernardo usava a empresa de software Consist para simular o pagamento de serviços advocatícios. Na verdade, era por meio dela que o casal tinha suas contas pessoais bancadas. A Consist também mantinha polpudos contratos com o Ministério do Planejamento, comandado por Paulo Bernardo durante o governo Dilma

• No departamento de propinas da Odebrecht foram encontradas planilhas de três repasses de R\$ 150 mil cada, no total de R\$ 450 mil, feitos à Coxa, o codinome de Gleisi. Os pagamentos foram feitos entre 2008 e 2010

• A senadora está sendo julgada na Comissão de Ética do Senado por quebra de decoro, ao invadir a mesa diretora do Senado, em 11 de julho deste ano

Colaborou Eduardo Militão

O CAMINHO DA PROPINA PARA GLEISI

A senadora é acusada pela PF de ter recebido R\$ 4 milhões em propina disfarçada de doação eleitoral na campanha para o Senado em 2014

156. Algumas mensagens encontradas no e-mail de Paulo de FERNANDO MBLERACIO também referiram a realização de operações envolvendo a empresa "COXA".

Programa: nome:

Programa	nome	val
Propa	2.000	Emandamento
Material	10.000	Aguardando
Total	12.000	Emandamento

1 Os valores estavam contabilizados no Setor de Operações Estruturadas (departamento de propina) da Odebrecht em nome de COXA, codinome atribuído à senadora pela PF. O setor era operado por Maria Lucia Tavares, funcionária da empreiteira

em datas dos 08 pagamentos de R\$ 500 mil cada para a empresa "COXA", em 02, 06, 11, 14, 18 e 21/10/2014 e 08 a 07/11/2014, referentes aos registros de entrada no edifício em que estava sediada a empresa SOFACER PUBLICIDADE E PROPAGANDA, na Rua Carlos de Carvalho, 911, Vila Olímpia, São Paulo/SP, conforme foto extraída da referência nº 148/2017-000008/PP (fls. 409/410), chamando atenção especial que os registros nos dias 21/10/2014, 11/10/2014 e 07/11/2014, data de 3 entregas, em que o mesmo visitante "SERGIO PEREIRA OLIVEIRA", da empresa "TRAVY", indica "BRAND" como nome visitado:

Nome do Visitante	CPF	Empresa	Endereço	Data	Valor	Valor em R\$
SERGIO PEREIRA OLIVEIRA	00000000000	TRAVY	TRAVY	21/10/2014	500,00	500,00
SERGIO PEREIRA OLIVEIRA	00000000000	TRAVY	TRAVY	11/10/2014	500,00	500,00
SERGIO PEREIRA OLIVEIRA	00000000000	TRAVY	TRAVY	07/11/2014	500,00	500,00

2 O dinheiro foi repassado à Sotaque Publicidade e Propaganda em nome da senadora



SERVÍÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL

DICOR - GRUPO DE INQUÉRITOS DO STF - GINQ

RELATÓRIO CONCLUSIVO

Referência: Inquérito nº 4342/DF (RE nº 30/2017-1 - GINQ/DICOR/PP)

Investigadas: GLEISI HELENA HOFFMANN

4 Em seguida, o dinheiro foi encaminhado à campanha de Gleisi, que recebeu oito parcelas de R\$ 500 mil cada, no total de R\$ 4 milhões, como propina da Odebrecht. O ex-ministro Paulo Bernardo, seu marido, também fez parte do esquema.

45. III no termo de Colaboração nº 52 (fl. 209), o executivo disse que autorizou pagamentos de contribuições eleitorais com recursos de "CAIXA 2", a partir de pedidos tratados por executivos de sua equipe, dentre eles aqueles feitos por WALTER LUIS ARRUDA LAMA, em favor das campanhas de GLEISI HOFFMANN em 2008 e 2010.
46. Apresentou como comprovação de suas alegações os registros de contatos de GLEISI HOFFMANN (fls. 210) e LEONES DALL AGNOL (fls. 211); planilha de ligações de seu telefone (21) 99807-4781 para o número (61) 9831-9013 atribuído a GLEISI

3 Quem recebeu a propina num primeiro momento foram publicitários Bruno Martins Gonçalves Ferrelra e Oliveira Domingos Marques Neto e seu chefe de gabinete Leones Dall Agnol

QUE o sr. LEONES indicou o endereço chegando ao prédio da ODEBRECHT; QUE o sr. LEONES entrou em reunião com o sr. FERNANDO, não sabendo dizer o seu sobrenome, em sua função na ODEBRECHT, juntamente com o declarante; QUE se referida reunião o declarante apenas acompanhou o que estava sendo conversado, assegurando que estavam falando sobre verbas de campanha da senadora GLEISI HOFFMANN, a qual disputava o governo do Paraná; QUE não se recorda de muito discutido, mas pode dizer que se tratava de muito dinheiro; QUE o declarante assegurou que não

O campeão nacional de processos

O ex-governador do Rio Sérgio Cabral vira réu pela 14ª vez em um processo que apura desvios de mais de R\$ 145 milhões diretamente para seus bolsos. O apetite financeiro do político parece não ter fim. Ele já soma quase R\$ 1 bilhão em propina



DE MALAS PRONTAS Cabral vive de cadeia em cadeia, levando sua bagagem de mão (Crédito: JOSE LUCENA/FUTURA PRESS)

Eliane Lobato

A sensação térmica no verão carioca passa dos 40° C. Usar ônibus sem ar refrigerado, portanto, é comparável a um passeio ao inferno. Mas poderia não ser assim, se o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) não tivesse desviado tanto dinheiro das empresas de transporte público. O esquema de corrupção comandado por ele entre 2010 e 2016 abocanhou cerca de meio bilhão de reais, o suficiente para comprar 1.111 ônibus com ar condicionado. A notícia foi conhecida semana passada, quando o juiz da 7ª Vara Criminal Federal do Rio aceitou as novas denúncias do Ministério Público Federal (MPF) contra o ex-governador, agora réu em 14 processos na Lava Jato. Cabral, que já foi deputado mais votado no Estado e se reelegeu para o segundo mandato para governador no primeiro turno, agora ostenta um vergonhoso novo título: o de campeão brasileiro da corrupção.

O esquema de roubalheira detalhado pelo MPF envolve 23 pessoas ligadas a Cabral e aponta a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor) como corruptora. E, até na atividade marginal, o ex-governador é primeiro lugar: foi quem mais recebeu propina dessa federação, cerca de R\$ 145 milhões. Também na semana passada, o empresário Fernando Cavendish, ex-presidente da Construtora Delta, disse, em depoimento na Justiça, que Cabral exigiu 5% do consórcio contratado para a obra de reforma do Maracanã. “Propina mensal, às vezes até quinzenal. Que fique claro, também, que o senhor Sérgio Cabral ainda continuou a receber propina depois do fim do seu mandato”, afirmou o procurador regional da República José Augusto Vagos. As planilhas descobertas pelos investigadores comprovam, segundo ele, as afirmações já divulgadas.

Os outros processos aos quais o ex-governador já é réu oscilam entre as acusações de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, organização criminosa, evasão de divisas, fraude, formação de cartel e crimes contra o sistema financeiro. As denúncias contra o ex-governador são muito

antigas, mas foi a partir de 2015 que o mundo começou a ruir para ele, quando se tomou conhecimento da delação premiada do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, segundo o qual Cabral recebeu, via caixa 2, R\$ 30 milhões para as eleições de 2010. Dessa, ele se safou: em setembro do mesmo ano, a Polícia Federal pediu arquivamento deste processo. Porém, outras acusações acabaram por levá-lo, enfim, à prisão em novembro desse mesmo ano. Escândalos, como a chamada “taxa de oxigênio” de 1%, cobrada para a Secretaria de Obras, foram se avolumando.

Hoje, já não se fala mais em valores totais da corrupção que ele comandou. Os procuradores da República acham que não é possível, ainda, conhecer toda a rede criada para roubar os fluminenses sob o comando de Cabral. “Difícil imaginar. Basta ver quantas secretarias tem no organograma da administração pública”, disse o procurador Leonardo Freitas, insinuando que a malha da roubalheira pode ser muito mais extensa do que se supõe.

Para dar sua versão sobre a bandalheira que promoveu no Rio, Cabral já esteve várias vezes frente a frente com o juiz Marcelo Bretas, responsável por 13 dos





seus processos. No início, Cabral ficava calado e não respondia as perguntas do magistrado. Nos três últimos encontros com Bretas, Cabral desandou a falar e precisou ser advertido pelo juiz. Segundo ele, o ex-governador estava transformando o banco dos reus em palanque. O juiz pediu que Cabral evitasse classificar as acusações do MPF como “maluquices”.

Crimes em série

Além dessas duas novas acusações do MPF, Cabral já é réu em outros 12 processos. Ele é acusado de desviar mais de R\$ 200 milhões em contratos com empreiteiras. O MPF disse, também, que o ex-governador cobrava propinas de construtoras nas obras do pólo petroquímico de Comperj. O terceiro processo contra ele envolveu o empresário Eike Batista, que teria pago a ele R\$ 16,5 milhões numa obscura transação em uma mina de ouro. Na sequência, ele é acusado de

“lavar” R\$ 39 milhões, crime que envolveu também sua mulher Adriana Ancelmo. O quinto processo se refere a R\$ 10 milhões “lavados” com a compra de imóveis, carros e joias. Tornou-se réu ainda como chefe de um esquema que escondia R\$ 318 milhões no exterior. Outra ação contra ele é por fraudar licitações e formar cartel para roubar em obras do PAC das Favelas e das reformas do Maracanã. Ele também é acusado de fraudar os contratos firmados na área de Saúde, de ter recebido R\$ 47 milhões da Carioca Engenharia, lavado dinheiro por meio de empresas de fachada e comprado joias sem notas fiscais, no valor total de R\$ 11 milhões. Em seu desmedido apetite financeiro, até sobre a compra de merenda escolar e alimentação para detentos Cabral avançou. No total, teria embolsado quase R\$ 1 bilhão. O montante não é para amadores.

Propinas sobre rodas

A turma de Cabral recebeu quantias milionárias das empresas de transportes de ônibus no Rio entre 2010 e 2016:

Os R\$ 500 milhões pagos pela Fetranspor para Sergio Cabral e sua turma daria para comprar 1.111 ônibus com ar refrigerado para o Rio

26 empresas bancavam a corrupção

R\$ 145 milhões foi o maior valor pago somente ao ex-governador, em 203 repasses

R\$ 13 milhões foram dados como bônus por ele ter concedido redução de ICMS e desconto de 50% no IPVA para empresas do setor

As propinas aumentavam em anos eleitorais: em 2010, ele recebeu R\$ 14,5 milhões; em 2011, R\$ 17,8 milhões; em 2012, ano de eleições municipais, R\$ 37,5 milhões

Cabral responde a 14 processos e já foi condenado em um deles a 14 anos e 2 meses de prisão. Está preso há 9 meses

Os recados da floresta

Após o escândalo de corrupção que cassou o governador, eleição fora de época no Amazonas não trouxe renovação: dois políticos tradicionais disputarão 2º turno

Bárbara Libório

A eleição suplementar para o governo do Amazonas tinha tudo para ser um bom termômetro para 2018. Depois de descoberto o escândalo de corrupção por compra de votos em 2014 que culminou na cassação do ex-governador José Melo (PROS), e de seu vice, Henrique Oliveira (SD), os amazonenses tiveram uma nova chance de eleger seus representantes no último domingo 6. A surpresa, no entanto, foi a ausência de candidatos que expressassem mudanças. Dos nove nomes que disputaram o primeiro turno, os dois candidatos que disputarão o cargo no próximo dia 27, em segundo turno, Amazonino Mendes (PDT) e Eduardo Braga (PMDB), são figuras conhecidas do eleitorado, após aparecerem no noticiário sobre a Lava Jato e outras investigações policiais.

Mendes, que teve 38,77% dos votos, é o representante da velha política do Amazonas. Governou o estado por três vezes e por outras três foi prefeito de Manaus – em um de seus mandatos como prefeito, chegou a ter sua cassação determinada pela Justiça. Em 2015, o político teve seus bens bloqueados pelo Ministério Público por suspeita de fraude em contratos na implantação do sistema de engenharia de trânsito na capital do Estado. Seu concorrente, Braga, foi seu

sucessor no governo estadual e administrou o Amazonas pelo período de 2003 a 2010, e teve 25,36% dos votos no primeiro turno. O ex-líder do governo da ex-presidente Dilma, e também seu ex-ministro, é alvo da Lava Jato por suspeita de receber R\$ 1 milhão em propina da Odebrecht quando ainda era governador. “As eleições do Amazonas deixam claro que nem sempre o que acontece no Congresso repercute na opinião pública”, afirma Leandro Consentino, cientista político e professor do Insper. “De um lado há a indignação que não se converte em mudança no voto, e de outro uma apatia derivada da completa falta de perspectiva na política brasileira.” O nível de abstenção, apesar de estar dentro do esperado pela Justiça Eleitoral, pode ser um sinal da crise de perspectiva. Dos mais de 2,3 milhões de eleitores aptos a votar, 24,14%, ou seja, quase 550 mil eleitores, não compareceram às urnas.

PT EM BAIXA

Em terceiro e em quarto lugar ficaram Rebecca Garcia (PP), com 18,06% dos votos, e José Ricardo (PT), com 12,17%. Em 2014, o PT não teve candidato ao governo do Amazonas, mas a presidente Dilma Rousseff teve mais de 65% dos votos dos amazonenses no segundo turno. “A população puniu a ex-presidente Dilma pela associação entre a gênese da crise econômica

e a corrupção, e isso acabou resvalando no PT agora”, afirma Consentino. A senadora Gleisi Hoffmann, presidente do PT, participou de eventos com o candidato da sigla e chegou a dizer que José Ricardo é um “exemplo de enfrentamento para uma sigla abalada após uma perseguição sistemática nos últimos três anos”.

No Amazonas os políticos novos não tiveram preferência entre os eleitores

Entre os presidenciáveis para 2018, apenas Marina Silva visitou o Amazonas para apoiar o candidato da Rede. Para Jerson Carneiro, professor de direito administrativo e gestão do Ibmecc/RJ, foi um erro dos demais candidatos, que não estiveram no Estado. “É bom lembrar que Lula venceu com folga nas duas eleições no estado do Amazonas e ajudou Dilma a vencer tranquilamente também”, diz. A candidata Rebecca Garcia chegou a afirmar que a eleição no Amazonas “foi ignorada pelo Brasil, que não percebeu que ela se trata de uma prévia para 2018”. O recado dos amazonenses, na verdade, foi de alerta. “Sem uma liderança nova, com poder de articulação, e sem a capacidade das pessoas de transformar sua indignação em algo palpável na política, corremos o risco de termos mais do mesmo”, disse Consentino. Não seria a primeira vez.

O melancólico crepúsculo de Janot

Às vésperas de deixar a PGR, Rodrigo Janot acumula reveses, é tachado de o “procurador mais desqualificado da história” e agora terá de se explicar sobre o aluguel de um imóvel para um procurador

Ary Filgueira

Há quase quatro anos como procurador-geral da República e restando-lhe pouco mais de um mês para deixar o cargo, o outrora jactante Rodrigo Janot agora exhibe um semblante sorumbático. Janot deverá encerrar o ciclo no acento mais alto da Procuradoria-Geral da República (PGR) de maneira melancólica. Nos estertores do seu mandato, o chefe do Ministério Público Federal viu o plano que ele próprio urdiu para dar seguimento ao modelo de trabalho implantado na entidade naufragar no meio do caminho, após a escolha da rival Raquel Dodge pelo presidente Michel Temer para substituí-lo. Depois, sofreu outra derrota, quando a Câmara derrubou a denúncia de corrupção contra Temer baseada apenas na esquálida delação premiada de Joesley Batista, o que deflagrou uma enxurrada de questionamentos sobre as colaborações premiadas celebradas no âmbito da PGR, algumas delas de dentro do próprio MPF. O mais fragoroso revés, no entanto, ocorreu na quinta-feira 10, quando o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou, por considerar “desnecessária”, a inclusão do presidente Temer como formalmente investigado no inquérito do chamado quadrilhão, que apura uma suposta organização criminosa formada

por membros do PMDB no âmbito da Lava Jato. Foi como se o troféu de Janot lhe escapasse por entre os dedos.

Na terça-feira 8, numa ação sem paralelo na história, a defesa do presidente Temer já havia pedido a Edson Fachin o afastamento de Janot do inquérito que investiga o presidente por “suspeição”. Para o advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, a atuação do procurador é motivada por questão pessoal. “Já se tornou público e notório que a atuação do procurador-geral da República, em casos envolvendo o presidente da República, vem extrapolando em muito os seus limites constitucionais e legais inerentes ao cargo que ocupa”, argumentou o defensor de Temer. Talvez não seja necessário o julgamento do pedido, já que o mandato do procurador se encerrará em 17 de setembro.

Enfraquecido, o procurador-geral tem se tornado vidraça. A primeira pedra foi desferida contra a metodologia de trabalho do atual chefe do Ministério Público – classificada como “açodada” pelo meio jurídico. O ataque foi catapultado pelo ministro do STF, Gilmar Mendes. Em uma de suas declarações, classificou o Janot de o “procurador mais desqualificado da história”. Outra crítica sobre a atuação do PGR refere-se à forma

como ele lida com as informações obtidas nas delações premiadas. O procurador recebe a pecha de “indispósito”, pois não se aprofunda nas investigações antes de celebrar os acordos. Mesmo sem checar a veracidade das provas, ele faz pedido de abertura de investigação contra autoridades envolvidas na Lava Jato ou, até mesmo, recomenda a prisão contra os suspeitos, só com base nos depoimentos e gravações descontextualizadas.

Auxílio moradia que permitiu que Janot alugasse um imóvel a colega do MP foi instituído por ele próprio

Caso emblemático foi a delação do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado. Com base na gravação de Machado, Janot chegou a pedir a prisão de Renan Calheiros (PMDB-AL), do ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP) e do senador Romero Jucá (PMDB-RR) por conspirarem contra a Lava Jato. O áudio da conversa com os caciques peemedebistas rendeu a Machado benefícios do acordo de colaboração, como o de não passar um dia sequer atrás das grades, mesmo tendo confessado ter desviado cerca de R\$ 100 milhões para aliados políticos. Mas a Polícia Federal concluiu que a delação do ex-presidente da





Transpetro se revelou ineficaz. “Não apenas quanto à demonstração da existência dos crimes ventilados, bem como quanto aos próprios meios de prova ofertados”, resumiu a delegada Graziela Machado da Costa e Silva. Não seria a única delação endossada por Janot recheada de fios desencapados. A da JBS virou um emaranhado de problemas. O mais recente deles foi a descoberta de que o procurador Marcelo Miller atuou como advogado do grupo J&F

apenas seis dias depois de ter sido exonerado do cargo no MP Federal. Ele só poderia ocupar cargo privado em três anos.

Apartamento

Não bastasse a coleção de dissabores, Janot terá de dar explicações sobre outro episódio nada republicano em que se meteu. Na semana passada, descobriu-se que ele aluga por R\$ 4 mil um imóvel em Brasília para um colega

da PGR, o procurador Blau Yassine Daloul. Até aí tudo bem. O problema é que a transação só foi possível graças a um despacho do próprio Janot que instituiu aos procuradores um auxílio-moradia de até R\$ 4.377 mensais. A notícia foi revelada pelo site Poder 360. É como se o despacho do procurador-geral tivesse sido feito sob medida para atender a seus interesses particulares. Em se tratando de sua controversa gestão, não seria algo para se espantar.



Apropriação indébita

Na essência, a reforma política aprovada na comissão especial da Câmara objetiva tugar mais dinheiro público, ao criar um fundo imoral de R\$ 3,6 bilhões para financiar campanhas

Ilimar Franco

Depois de meses discutindo a reforma política, a comissão especial da Câmara que analisa mudanças no sistema eleitoral, avançou. Mas nos recursos públicos. Os parlamentares aprovaram na última quinta-feira 10 o texto-base da reforma política. A partir de 2018, os partidos abocanharão R\$ 3,6 bilhões de recursos do Orçamento da União para realizarem as campanhas eleitorais. Isso, sem contar com os R\$ 800 milhões que os partidos já gastam do Fundo Partidário, distribuído para todos os 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esse assunto será encaminhado para discussão e aprovação em plenário da Câmara nos próximos dias, mas desde já se sabe que há uma ampla unidade no Congresso para aprovar essa aberração, que representa 0,5% da receita líquida da União. Todos os partidos, de grandes a pequenos, são favoráveis à criação desse verdadeiro sangradouro de dinheiro público. Em democracias desenvolvidas, como nos EUA, os recursos para campanhas eleitorais são levantados em doações de pessoas físicas, inclusive pela Internet. No passado, o PT financiava campanhas vendendo botons. Hoje, um deputado da legenda, Vicente Cândido (PT-SP), relator

da comissão, é o primeiro a propor essa imoralidade, num País em que a população não tem recursos para financiar a saúde e a educação.

A comissão da Câmara aprovou também o polêmico Distritão para a escolha de deputados federais e estaduais já em 2018. Em 2020, o sistema pode valer para a eleição também de vereadores. Esse modelo nunca esteve tão próximo de ser aprovado. O ideal, seria a comissão ter instituído o voto distrital, como acontece em todas as democracias do mundo desenvolvido, como a França. O voto distrital sim seria uma mudança realmente capaz de melhorar o sistema eleitoral criminoso que vigora no Brasil. Defensores do voto distrital, como o PSDB, decidiram apoiar a adoção do Distritão para a eleição de 2018 como pedágio para chegar ao distrital misto em 2022. Mas a aprovação do Distritão não será um passeio no plenário. A previsão de aprovação na Comissão Especial era de 19 x 13, mas o placar acabou sendo de 17 x 15. Os tucanos mais uma vez se dividiram e dois de seus deputados se abstiveram na votação do tema.

Os partidos que apóiam o governo Temer apostam que a adoção do Distritão no ano que vem vai afetar o desempenho do PT. Os petistas resistem e contam com o apoio de deputados dos mais

diversos partidos, grandes e pequenos, para derrotar a proposta. De qualquer forma, o Distritão é o modelo com maiores chances de ser aprovado agora. Ele acaba na prática com as coligações nas eleições proporcionais. O sistema, contudo, é negativo. Ele despreza os votos dados aos partidos. Por exemplo, se um deputado recebe mais de um milhão de votos e só precisa de 100 mil para ser eleito, os outros 900 mil votos são jogados fora, enfraquecendo as agremiações políticas e menosprezando a vontade do eleitor.

Distritão não vai passar fácil

O PT não quer essa mudança por ter pesquisas indicando que vai ter uma redução expressiva em sua bancada de deputados no ano que vem e planejava lançar seus quadros mais populares, como ex-governadores, para aumentar suas bancadas na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas. Os adversários do Distritão apostam que terão a mesma sorte de 2015, quando a introdução desse sistema foi derrotada por 267 votos contra 210. Embora naquela votação o Distritão não estivesse acoplado ao voto distrital misto como agora.

Esta não será, no entanto, a grande polêmica na votação da





proposta de emenda constitucional relatada pelo deputado Vicente Cândido. O PMDB, PSDB e PT estão unidos pela aprovação da emenda constitucional relatada pela deputada tucana Shéridan, e já aprovada pelo Senado, que coloca um fim nas coligações para as eleições proporcionais e institui a federação de partidos, pela qual um grupo de agremiações se une para funcionar como uma única legenda, garantindo sua sobrevivência parlamentar. Esta Federação também servirá para garantir o funcionamento de pequenos partidos caso sejam inviabilizados pela cláusula de barreiras. A cláusula de barreiras deve ser votada na semana que vem.

A reforma política inventou o Distritão, ao invés de aprovar o voto distrital adotado em todas as democracias que funcionam no mundo

Esta regra chegou a ser aprovada na década de 90, mas foi derrubada pelo STF. Agora, contudo, os líderes partidários não acreditam que o Supremo repita a dose. Ela sempre foi combatida pelos pequenos partidos de esquerda, mas atualmente parte deles decidiu aceitar a regra com a redução das exigências na primeira fase e sua ampliação ao

longo dos pleitos de 2018, 2022 e 2026.

Nas eleições do ano que vem o desempenho de um partido, para ter acesso ao Fundo Partidário e a propaganda no rádio e na TV, é obter 1,5% dos votos válidos para a Câmara, distribuído em um terço dos estados, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas, tendo eleito nove deputados federais.

Assim, está quase tudo pronto para finalmente a reforma política sair do papel e ser votada no plenário da Câmara. Depois, ainda precisa ser votada no Senado, para poder valer já para as eleições de 2018.

O novo processo eleitoral

A partir das eleições de 2018, os eleitores terão surpresas nas urnas. Em cidades com mais de 200 mil eleitores, os deputados e vereadores serão eleitos em dois turnos

DISTRITÃO – São eleitos os mais votados de cada estado (deputados federais e estaduais) e município (vereadores). Enfraquece os partidos e desrespeita a vontade do eleitor. Esse sistema será adotado em 2018 e 2020 (vereador)

DISTRITAL MISTO – O eleitor vota duas vezes para deputado federal, estadual e vereador nos municípios com mais de 200 mil eleitores. Na primeira vez, serão eleitos os mais votados. Na segunda vez, vota-se numa lista partidária de candidatos e cada legenda ocupará um número de vagas proporcional à sua votação. Esse sistema será adotado a partir de 2022

FINANCIAMENTO ELEITORAL – Será criado um Fundo de Campanha, com valor de 0,5% da receita corrente líquida da União, que corresponde a cerca de R\$ 3,6 bilhões. Esse financiamento valerá a partir de 2018. O atual Fundo Partidário será mantido

POSSES – A posse do presidente da República passará a ocorrer em 7 de janeiro. A posse de governadores e prefeitos no dia 6 de janeiro. E a de deputados e vereadores em 1º de fevereiro

CLÁUSULA DE BARREIRAS – Os partidos terão que fazer um mínimo de 1,5% dos votos em um terço dos estados e eleger pelo menos 9 deputados federais

FIM DAS COLIGAÇÕES – Os partidos não poderão fazer mais chapas conjuntas